

## CAPACITAÇÃO DO PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO: FORMAR O FORMADOR!?

### TEACHER TRAINING IN RELIGIOUS EDUCATION: TRAIN THE TRAINER!?

Sérgio Rogério Azevedo Junqueira<sup>1\*</sup>

1. Livre Docente e Pós-Doutor em Ciência da Religião (PUCSP), Pós-Doutor em Geografia da Religião (UFPR); Doutor e Mestre em Ciência da Educação (Universidade Salesiana de Roma); Especialista em Metodologia do Ensino Religioso (PUCSP) e Especialista em Metodologia do Ensino Superior (CEPEMG); Licenciado em Pedagogia (UNIUBE); Bacharel em Ciências Religiosas (IMACH);

\*Autor correspondente: e-mail: srjunq@gmail.com  
Recebido em: 15/07/2018; Aceito em: 26/11/2018

#### RESUMO

Este artigo é o resultado do programa Formação Inicial e Continuada para a Diversidade no projeto Formação Inicial do Ensino Religioso, tem como intencionalidade compreender o processo de construção da elaboração de proposta para a capacitação docente deste componente curricular diante das exigências de não apenas a organização de mais um curso, mas a compreensão do que é para ser conhecido, assim como a orientação brasileira para as licenciaturas. Multiplicam-se pelo país organizações que estão gerando processos formativos, mas nem sempre acompanhando a proposta de um ensino religioso que gere a inserção do estudante como cidadão em uma sociedade multicultural e que aprenda a respeitar esta diversidade de sua região.

**Palavras- chave:** Capacitação docente, Ensino Religioso e Educação.

#### ABSTRACT:

This article is the result of the Initial and Continued Formation for Diversity program in the Initial Formation of Religious Education project. Its purpose is to understand the process of construction of the preparation of proposals for teacher training of this curricular component in face of the requirements of not only the organization of one more course, but the understanding of what is to be known, as well as the Brazilian orientation for undergraduate degrees. organizations are proliferating in the country that are generating formative processes, but not always accompanying the proposal of a religious education that generates the insertion of the student as a citizen in a multicultural society and that learns to respect this diversity of its region.

**Keywords:** Teacher training, Religious Education e Education.

## 1. INTRODUÇÃO

O Ensino Religioso a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), mais especificamente da reescrita do artigo treze, passou a ser proposto dentro dos parâmetros pedagógicos e não uma forma de buscar fiéis. Entretanto, a atual proposta, ainda a ser amadurecida, urge aprimorar o seu caráter pedagógico. A discussão do que é a sua identidade dentro do contexto da educação é o desafio que professores, especialistas e pesquisadores estão debatendo por meio de diferentes eventos e publicações que crescem em todo o país. O percurso ainda não está concluído e para tal urge a seriedade e a honestidade científica perseguida por tantos.

Esta reorganização da concepção no Ensino Religioso altera a proposição da formação do docente para esta área, conseqüência de um contexto mais amplo, do movimento da educação. Estamos diante de um paradigma inovador, com uma visão de mundo integrador, e não mais uma coleção de partes dissociada. Vivemos em uma realidade cada vez mais intensamente com as características de rede, teia, de sistema integrado, de interconexão, de inter-relacionamento. O ponto de encontro desta proposta é a visão da totalidade e o desafio de buscar a superação da reprodução para a produção do conhecimento.

Passou-se a compreender que o indivíduo participa da construção do conhecimento e de que todo o organismo é na realidade formas em movimento, onde matéria e mente são aspectos diferentes e inseparáveis de um mesmo conjunto, reconhecendo que o indivíduo pratica a construção do conhecimento não apenas com o uso predominante do raciocínio e da percepção do mundo exterior pelos sentidos, mas também usando as sensações, os sentimentos, as emoções e a intuição para aprender. Nada pode ser fragmentado ou separado.

Considerando a produção do conhecimento com autonomia, com criatividade, com criticidade e espírito instigativo, provoca a interpretação do conhecimento e não apenas a sua aceitação. Portanto, diante destes elementos, a prática pedagógica do professor deve propor um estudo sistemático, uma investigação orientada, para ultrapassar a visão de que o aluno é um objeto, e torná-lo sujeito e produtor do seu próprio conhecimento.

O ser humano chegará a ser sujeito por meio da reflexão sobre seu ambiente concreto, pois ele é um criador de cultura na medida em que se integra com as condições de seu contexto de vida, compreendendo cultura como resultado da atividade humana, do esforço criador e recriado do indivíduo, de seu trabalho por transformar e estabelecer relações dialogais com os outros. Portanto, para realizar a humanização, supõe a eliminação da opressão desumanizadora, é absolutamente necessário transcender as situações-limite nas quais os homens são reduzidos ao estado de coisas.

Dentro desta perspectiva, foi publicado em 1998 a primeira proposta formalizada para a

“Capacitação docente do Ensino Religioso”, com a estrutura de cursos tanto de licenciatura (2.460 horas), como de especialização (360) e de extensão (120 horas).

O que é para ser conhecido neste componente curricular que necessita de profissionais a serem formados em uma Instituição do Ensino Superior (IES).

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

### 2.1. EXISTE ALGO A SER CONHECIDO?

Este é um estudo bibliográfico e documental, visando compreender o processo de formação docente, iniciamos com a compressão do filósofo Platão que distinguiu dois tipos de saber. E ele usou a palavra DOXA para referir o ser humano que, no seu conhecimento, não chega a penetrar no mundo das idéias, mas fica preso no mundo da intuição sensível, pois o seu conhecimento não é ciência, senão mera opinião. Esta não nos oferece nenhuma garantia, muitas vezes, é o que contenta a grande multidão, mas não é a verdadeira ciência.

Entretanto, o ideal está na contemplação das eternas e imutáveis verdades, das IDÉIAS, que não estão sujeitas ao espaço, nem ao tempo; são imutáveis e acessíveis só ao pensamento. Portanto, chegamos ao conhecimento intelectual, universal, imutável e absoluto, que ilumina o primeiro conhecimento.

A diferença básica entre conhecimento sensível e conhecimento intelectual, segundo Platão, está justamente no fato de que o conhecimento sensível leva a DOXA; ao passo que o segundo, além de verdadeiro, não pode de forma alguma ser substituído por um conhecimento diverso, errôneo. Sem esquecer que a criatividade faz parte de nosso mais profundo ser, por trás dessa capacidade manifesta-se à procura incessante do ser humano, que busca a sua maior maturidade e afirmação de sua personalidade.

A preocupação de Platão é educar, não somente o ser humano como indivíduo, mas como parte de uma comunidade, pois aprender a conviver em harmonia e solidariedade entre si e com os demais é um constante desafio, que pode levar muito tempo. A mesma limitação, que força o indivíduo a conviver em sociedade, também o converte num elemento útil dela, pois a pluralidade de caracteres individuais não gera diversidade, mas leva implícita uma capacidade de organização ou, em outras palavras, de formar um todo.

Acreditando que o ser humano é aberto, voltado para o exterior, favorece inclusive a possibilidade dele conhecer-se a si mesmo. Abrir-se implica viver em uma comunidade, visto que a convivência comunitária é imprescindível; sozinho e isolado tende a fechar-se sobre si mesmo.

Platão já sabia muito bem que todo narcisismo é suicida, pois mata a si mesmo. Este filósofo enfatizou uma educação integral, que forme o indivíduo em todas as suas potencialidades e capacidades, que não separe o indivíduo e compromisso com coletivo.

Portanto, a elaboração e o desenvolvimento do conhecimento estão ligados ao processo de conscientização, que é elaborado e criado a partir do mútuo condicionamento, pensamento e prática, como processo e resultado. Consiste ele na superação da dicotomia sujeito-objeto. Todo este processo de conscientização é sempre contínuo e progressivo, de tal forma que o ser humano se constrói e chega a ser sujeito na medida em que, integrado em seu contexto, reflete sobre ele e, com ele, se compromete, desafiado constantemente pela realidade e a cada um desses desafios deve responder de uma maneira original.

O intelecto humano assemelha-se a um filtro ou a uma lâmina, a qual, quanto mais fina, mais luz permite passar. E o modo pelo qual o homem deixa transparecer o seu interior é pelo diálogo, ou pela disputa dialética. É por meio do jogo dos opostos que o homem vai dando conta de desvelar a realidade, tornando-a inteligível. A dialética se impõe por causa dessa incapacidade divina dos homens. Antes de procurar definir o que é educação, para Platão, comecemos pelo que não é educação. Segundo Platão, educação “não é o que alguns apregoam que ela é. Dizem eles que arranjam a introduzir ciência numa alma em que ela não existe, como se introduzissem a vista em olhos cegos”. O papel da educação não é dar a visão, mas orientar os olhos para a direção certa. E aqui é que se coloca justamente o problema: como se haverá de proceder a uma educação integral, de forma mais fácil e completa, que possibilite ao homem olhar para a direção certa e realizar na sua existência aquilo para o que é chamado a ser.

De Parmênides, Platão herdou a crença de que toda mudança é ilusória, visto que a realidade é imutável, eterna e intemporal, de Heráclito assimilou a doutrina do eterno fluir das coisas e, de Sócrates, aprendeu a debruçar-se sobre questões e problemas éticos. Pois o que demanda compreender o ser humano como um conjunto de forças, ora conciliatórias, ora contraditórias. Por vezes, não é fácil harmonizar a complexidade dos impulsos humanos experimentando dentro de si forças estranhamente desconhecidas. De um lado, é atraído para o alto, para o absoluto; num outro momento, experimenta sua contingência, deliciando-se com a limitação inerente a qualquer criatura.

Um antigüíssimo texto da educação muito tem a indicar o caminho do conhecimento, de maneira especial quando tratamos da formação do formador de formadores – a PADÉIA, que em geral identificamos com “cultura”, a dificuldade que aparece é o fato de estarmos habituados a usar a palavra “cultura”, não nos sentidos ideal próprio da humanidade, herdeira da Grécia, pois esta se converteu num simples conceito antropológico descritivo, não significando um alto conceito de valor, um ideal consciente. Os gregos são os criadores da idéia de cultura e estabelecem, pela

primeira vez, um ideal de cultura como princípio formativo.

Portanto, há algo a ser conhecido! Entretanto, neste processo, também é significativo pensar naquele que favorece a possibilidade do conhecer – O DOCENTE.

## 2.2. A FORMAÇÃO DO DOCENTE

Os professores são convocados a aprender, a ler criticamente diferentes tipos de textos, utilizar os recursos tecnológicos, expressar-se e comunicar-se em várias linguagens, opinar, enfrentar desafios, criar, agir de forma autônoma, para que aprendam a diferenciar o espaço público do espaço privado, ser solidários, cooperativos, conviver com a diversidade, repudiar qualquer tipo de discriminação e injustiça.

Portanto, a educação básica unificada e ao mesmo tempo diversa, de acordo com o nível escolar, demanda um esforço para manter a especificidade que cada faixa etária de atendimento impõe às etapas da escolaridade básica. Mas exige, ao mesmo tempo, o prosseguimento dos esforços para superar rupturas seculares, não só dentro de cada etapa, como entre elas. Para isso, será indispensável superar, na perspectiva da Lei, as rupturas que também existem na formação dos professores de crianças, adolescentes e jovens.

O artigo 13 da LDB, posiciona o perfil deste profissional co-responsável pela operacionalização destes princípios pedagógicos:

(...) 9394/96 - Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; zelar pela aprendizagem dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (...) [1]

Assim como no artigo 61 da LDB, alguns elementos foram explicitados para que façam parte integrante de um processo formador para os docentes, não apenas na formação inicial, mas sejam norteadores contínuos para os que atuam na educação.

(...) 9394/96 - Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades (...) [1]

Nenhum professor consegue criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas eficazes para aprendizagem e para o desenvolvimento dos alunos se ele não compreender, com

razoável profundidade e com a necessária adequação à situação escolar, os conteúdos das áreas do conhecimento que serão objeto de sua atuação didática, os contextos em que se inscrevem e as temáticas transversais. Sem a mediação da transposição didática, a aprendizagem e a aplicação de estratégias e procedimentos de ensino tornam-se abstratas. Se o uso de novas tecnologias da informação e da comunicação está sendo colocado como um importante recurso para a educação básica, evidentemente, o mesmo deve estar na formação do professor, pois ele deve dominar estes instrumentos.

Ensinar requer dispor e mobilizar conhecimentos para improvisar, isto é, agir em situações não previstas, intuir, atribuir valores e fazer julgamentos que fundamentem a ação da forma mais pertinente e eficaz possível. Portanto, o foco principal do ensino da pesquisa no curso de formação docente é o próprio professor de ensino e de aprendizagem dos conteúdos escolares na educação básica. Para que a postura de investigação e a relação de autonomia se concretizem, o professor necessita conhecer e saber usar determinados procedimentos de pesquisa como o levantamento de hipótese, delimitação de problema, registro de dados, sistematização de informações, análise e comparação de dados, verificação, etc. Portanto, o curso de formação de professores deve assim ser fundamentalmente um espaço de construção coletiva de conhecimento sobre o ensino e aprendizagem.

O conjunto de competências ora apresentado pontua demandas importantes, oriundas da análise da atuação profissional e assenta-se na legislação vigente e diretriz curricular nacional, mas não pretende esgotar tudo o que uma escola de formação pode oferecer aos seus alunos. Elas devem ser complementadas e contextualizadas pelas competências específicas próprias de cada etapa e de cada área do conhecimento a ser contemplada no processo de capacitação.

Dentro deste contexto, encontramos a questão do professor do Ensino Religioso, pois este componente passou a ser considerado uma área do conhecimento, entendido não como mera informação sobre determinada religião, mas como mediação para o desenvolvimento completo do ser humano. Enfim, como parte de uma educação integral. Todo e qualquer profissional que seja responsável por aulas neste campo deve ser formado com o mesmo parâmetro dos demais professores.

### 2.3. O ENSINO RELIGIOSO

Neste percurso de reflexão é fundamental considerar que, sendo a escola inserida socialmente como agência de educação social, tornou-se cada vez mais um mecanismo tanto de aprendizagem

para o mundo do trabalho como para o exercício da cidadania. Nesta perspectiva, o Ensino Religioso, como componente curricular, passa a ser compreendido como elemento da formação integral, visando a desenvolver uma vivência e uma filosofia de vida fundamentadas na ética, na justiça, nos direitos humanos e na defesa da dignidade do ser humano, portanto, na formação para a cidadania [2].

Na pedagogia atual dá-se muita importância ao ambiente educativo. Este é constituído pelos elementos coexistentes e cooperantes, que podem oferecer condições favoráveis ao processo educativo. Todo o processo educativo se desenrola em certas condições de espaço e de tempo, na presença de pessoas que mutuamente se influenciam, segundo um programa racionalmente ordenado e livremente aceito. Portanto, pessoas, espaço, tempo, relações, ensino e atividades diversas são elementos a considerar numa visão orgânica do ambiente educativo. Neste horizonte, insere-se o Ensino Religioso, dentro de uma dimensão antropológica, que visa a dar ao aluno uma formação básica, social e religiosa, não se limitando a aulas sistemáticas, mas perpassando toda a atividade educativa da escola.

No Brasil, o debate sobre a sistematização desta disciplina tem acontecido de forma mais estruturada, com soluções criativas, sobretudo no ambiente das escolas estatais, diante da discussão sobre a permanência ou não do Ensino Religioso no quadro curricular. Nas escolas católicas, o processo é mais lento, pois já que a legitimação é mais tranqüila, pelo menos para as Instituições mantenedoras destas escolas, a reflexão e a produção de instrumentos não possuem a mesma vivacidade.

Na escola estatal, essa disciplina, do ponto de vista didático, não considera a fé como pressuposto e nem mesmo a propõe como objetivo. Os especialistas compreendem como área de conhecimento, portanto, seu objeto de estudo é o fenômeno religioso e não a adesão a uma comunidade religiosa.

A tarefa de buscar fundamentos para o Ensino Religioso remete às questões do fundamento do conhecimento humano. Entende-se o conhecimento religioso, mesmo revelado, como um conhecimento humano. É a reflexão a partir do conhecimento que possibilita uma compreensão de ser humano como finito. É na finitude que se procura fundamentar o fenômeno religioso, que torna o ser humano capaz de construir-se na liberdade. Entende-se também que a Escola é o espaço de construção dos conhecimentos historicamente produzidos e acumulados. Como todo o conhecimento humano é sempre patrimônio da humanidade, o conhecimento religioso deve também estar disponível a todos os que a ele queiram ter acesso [3]

O acento é sobre o fenômeno religioso, compreendido como a atitude de abertura do homem ao sentido radical de sua existência. Esta é a dimensão mais profunda de todas as funções da vida humana, ou melhor, da totalidade da vida humana. Essa postura ao sentido radical da existência

humana será, por isso mesmo, abertura ao transcendente. Isto é um ideal, pois na realidade, o homem está tragicamente alienado do sentido e da profundidade de sua existência. Eis por que, de fato, a religiosidade se tornou uma função entre outras e muitas vezes em desacordo com elas.

A religião é a forma concreta do homem expressar o fenômeno religioso, o que normalmente se dá em comunidade, e portanto com todas as contingências históricas, o que explica a diversidade de religiões, que visam a explicitar as múltiplas interpretações deste fenômeno.

A atitude de busca é fundamental para todo homem consciente. Para o cristão, não se abrir ao transcendente seria, por isso, fechar-se ao dom da fé [4]. Ao tomarmos como exemplo, na tradição cristã, a experiência de educação dos apóstolos por Jesus, perceberemos que esta foi realizada lentamente e não sem grandes desafios.

A escola, a família e a comunidade eclesial são co-responsáveis pela educação da religiosidade e da explicitação da fé. Entretanto, há uma sobrecarga em relação à escola e uma omissão em relação às outras duas instâncias. A transferência de responsabilidade produz como uma das conseqüências, no que se refere aos cristãos das comunidades católicas, um elemento chamado “católico social”, que recebeu uma série de sacramentos, que deveriam ser de iniciação à comunidade, mas que nesta não se identifica, pois em seu processo de iniciação, faltou um elemento fundamental: a comunidade de fé; limitou-se a uma série de pequenas “lições” [4].

O trabalho interdisciplinar introduzido na escola ajudou o Ensino Religioso a alcançar resultados positivos. Com efeito, no processo didático, apresentam-se temas e problemas que superam os limites de cada uma das disciplinas. Aqui são importantes os temas religiosos, que facilmente são colocados em evidência quando se trata do homem, da família, da sociedade, da história. Os professores das várias matérias devem estar preparados e disponíveis para ajudar os alunos a encontrarem respostas adequadas para seus questionamentos.

O professor de Ensino Religioso faz parte desse processo de integração e leitura do mundo, pois tem a missão de oferecer um ensino sistemático; mas, dentro dos limites das possibilidades concretas, pode ser convidado a esclarecer questões da sua competência, em outras classes; ou então ele mesmo, para determinados pontos de seu conteúdo, poderá convidar outros colegas especialistas na matéria. Os alunos receberão, assim, boas impressões da cooperação fraterna entre os vários professores que colaboram mutuamente, com o único fim de ajudá-los a crescer nos conhecimentos e nas convicções.

Convém sublinhar que os alunos não são espectadores, mas constituem parte dinâmica do processo de ensino-aprendizagem. As condições positivas existem quando à volta do projeto educativo se forma o consenso alegre e a cooperação voluntária de todos, quando as relações interpessoais se mantêm na linha da caridade e da liberdade cristã, quando cada um oferece aos



outros o seu testemunho evangélico nas vicissitudes da vida cotidiana, quando são atingidos níveis mais altos nos aspectos humano e cristão do processo educativo, quando a escola se conserva constantemente aberta às famílias, inserida na comunidade eclesial, aberta à sociedade civil, nacional e internacional. Estas condições positivas encontram vantagens na fé comum.

A expressão Ensino Religioso descreve com precisão a investigação geral da dimensão [religiosa da vida e a busca humana comum por um estágio transcendente do ser. Mas, se uma comunidade religiosa usa sua tradição específica para tutorar as pessoas em seu questionamento do transcendente, se advoga determinada relação com uma causa transcendente do ser, e um determinado sistema de símbolos é oferecido para expressar essa relação na comunidade, então essa atividade educacional deveria ser especificamente identificada com essa tradição, o que significa Catequese, ou seja, promover a adesão a esta ou aquela concepção religiosa [5].

Sem dúvida, a Escola é o espaço formalizado da construção do conhecimento, com estruturas e determinações próprias. Por isso mesmo, atua como instância articuladora dos meios que proporcionam às gerações do futuro as razões de seu ser e estar no mundo. Como tal, é chamada a fortalecer as predisposições necessárias ao ser humano, para que perceba, pense, decida e aja como alguém que está no mundo, numa missão que dá sentido à sua vida.

No centro de todo o projeto educativo que tem a Escola como mediação, está o educando - criança, jovem, adulto. Todos, ao se matricular numa Escola, possuem o direito a uma educação de qualidade, alicerçada em princípios que norteiam a busca do desenvolvimento pleno de seu ser, no conjunto de suas potencialidades. Não é possível chegar a esse desenvolvimento sem a devida atenção às diversas dimensões, dentre elas a religiosa.

O Ensino Religioso é elemento integrante do currículo, propiciando elementos informativos e, junto com a experiência dos indivíduos, contribuindo para o desenvolvimento harmonioso dos estudantes, em vista de uma educação integral [6].

## 3. RESULTADO E DISCUSSÕES

### 3.1 PROFESSOR DO ENSINO RELIGIOSO

O Ensino Religioso oferece elementos ao ser humano para o desenvolvimento de uma postura articulada na moderna sociedade brasileira, somando-se aos que se esforçam na busca do bem comum. Nesta perspectiva, deve contribuir para que o estudante possa construir um sentido,

um significado na vida, subsidiando-o para que possa produzir sua síntese pessoal entre fé e vida, entre conhecimentos e valores transmitidos na escola; deve proporcionar ao educando elementos necessários ao desenvolvimento de suas potencialidades e auto-realização, além de qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania [5].

Para assumir o Ensino Religioso como componente curricular, é preciso focar a questão mais ampla do ensino-aprendizagem. Para tal, já contamos com estudos que nos alertam para significativas posturas de educação neste campo, como as pesquisas de Ronald Goldmann, na Inglaterra. Em seu livro – “Religious Thinking from Childhood to Adolescence” [O pensamento religioso da infância à adolescência], ele argumenta que, embora haja fatores não cognitivos que determinam a opção de fé, o pensamento religioso não difere quanto ao modo e à forma do pensamento não religioso. Além disso, deve-se considerar o risco de uma educação que coloca no centro o conteúdo ao invés da criança enquanto um ser em crescimento, podendo promover um retardamento quanto ao desenvolvimento do pensamento religioso ou mesmo um desligar-se de tais questões, ao menos no nível cognitivo. Com isso, a pessoa estaria abdicando de um dos elementos que perfazem a integridade humana, ou seja, a razão.

Neste processo de aprendizagem, o docente de Ensino Religioso deve compreender não só o pensamento e a ação da criança, mas a própria experiência e articulação do desenvolvimento religioso de seus estudantes. Existe inevitavelmente uma interação e o que uma criança aprende é sempre o produto de uma experiência que está condicionada por seu nível de desenvolvimento cognitivo.

A idéia de que o homem é capaz de operar mentalmente sobre o mundo - isto é, fazer relações, planejar, começar, lembrar, etc. - supõe um processo de representação mental. Temos conteúdos mentais que tomam o lugar dos objetos, das situações e dos eventos do mundo real. Essa capacidade de lidar com representações que substituem a própria relação possibilita ao homem libertar-se do espaço e do tempo presentes, fazer relações mentais na ausência das próprias coisas, imaginar, fazer planos e ter interações.

Aprendizagem é o processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores, a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas. É um processo que se diferencia dos fatores inatos e dos processos de maturação do organismo, independente da informação do ambiente. Para Vigotsky, justamente por sua ênfase no processo sócio-histórico, a idéia de aprendizado inclui a independência dos indivíduos envolvidos: aquele que aprende, aquele que ensina e a relação entre essas pessoas [7].

O processo de aprendizagem é simultaneamente assimilativo e acomodativo, na medida em que envolve, de fato, incorporar algo do meio ambiente no eu e colocar algo do eu no meio

ambiente. Podemos, nessa perspectiva, compreender três modos de aprendizagem: um que enfatiza o processo assimilativo, outro que enfatiza o processo acomodativo, e ainda um outro que destaca a integração dos outros dois modos da aprendizagem.

A primeira perspectiva acontece sobretudo em uma proposta de aprendizagem operativa, que enfatiza a inteligência da criança, onde a inteligência está ativamente empenhada pelos materiais com que ela interatua. Ocorre ainda quando se propõe o confronto, com conflitos e contradições lógicas que a encorajam a alcançar organizações como as relacionadas com a construção da conservação, conceitualização. A inteligência operativa interfere no processo do desenvolvimento das operações mentais e também dá origem à inteligência prática.

A segunda perspectiva é denominada aprendizagem figurativa, onde alguns aspectos da realidade não podem ser reconstruídos ou redescobertos em qualquer extensão considerável e devem ser por isso preponderantemente copiados. A linguagem é parcialmente adquirida desse modo. Em geral, a aprendizagem figurativa está mais vinculada a processos associados do que racionais. O conhecimento que resulta da aprendizagem figurativa é denominado de inteligência simbólica. O mundo simbólico tem a ver com os sistemas de comunicação interpessoal, incluindo não só a linguagem, mas também outros sistemas de sinais [8].

A invenção e o uso dos signos como meios auxiliares para solucionar um dado problema psicológico é análoga à invenção e o uso de instrumentos, agora no campo psicológico. O signo age como instrumento da atividade psicológica de maneira análoga ao papel do instrumento de trabalho. Os instrumentos são elementos externos ao indivíduo, voltados para fora. Sua função é provocar mudanças nos objetos, controlar o processo da antítese [7]. Os signos, por sua vez, são instrumentos psicológicos, voltados para dentro do indivíduo. São ferramentas que auxiliam nos processos psicológicos e não nas ações concretas.

A terceira proposta, a aprendizagem conotativa, é o uso das duas propostas anteriores, pois grande parte da inteligência prática é inconsciente, enquanto que a inteligência simbólica em geral é consciente. A aprendizagem conotativa envolve expressamente a construção de significados, o estabelecimento de conexões entre conceitos e símbolos figurativos. A motivação para a aprendizagem conotativa é simultaneamente intrínseca e social [8].

Na realidade, a aprendizagem é um processo significativo e complexo que envolve o ser como um todo. Entre as propostas elaboradas para compreender e orientar o trabalho de ensino aprendizagem, destaco Vigotsky, que propôs o conceito de zona de desenvolvimento proximal para explicar a defasagem existente entre a resolução individual e a social de problemas e tarefas cognitivas: geralmente, somos capazes de resolver problemas ou de efetuar aprendizagens novas quando contamos com a ajuda de nossos semelhantes, mas não conseguimos abordar com êxito

estas mesmas tarefas quando dispomos unicamente de nossos próprios meios. A zona de desenvolvimento proximal é a diferença entre o nível das tarefas realizáveis com a ajuda dos adultos e o nível das tarefas que podem ser realizadas com uma atividade independente. A aprendizagem situa-se precisamente nesta zona: o que, em princípio, a criança é capaz de fazer ou conhecer por si mesma. O processo de desenvolvimento não coincide com o de aprendizagem, mas segue-o criando a área de desenvolvimento potencial, segundo Vigotsky.

Nesta perspectiva, o traço essencial da aprendizagem é que engendra a área de desenvolvimento potencial, ou seja, que faz nascer, estimula e ativa na criança um grupo de processos internos de desenvolvimento dentro do domínio das inter-relações com outros, que a seguir são absorvidos pelo curso interno do desenvolvimento e se convertem em aquisições internas da criança. O processo de aprendizagem é uma fonte de desenvolvimento que ativa novos processos que não poderão desenvolver-se por si mesmos sem a aprendizagem.

Um ensino orientado para uma etapa do desenvolvimento já realizada é ineficaz do ponto de vista do desenvolvimento. O bom ensino é o que se adianta ao desenvolvimento.

Na interação social, a criança aprende a regular seus processos cognitivos, seguindo as indicações e diretrizes dos adultos, produzindo-se um processo de interiorização mediante o qual o que pode fazer ou conhecer, a princípio com ajuda, transforma-se progressivamente em algo que pode fazer ou conhecer por si mesmo. A origem social da cognição, o estreito vínculo existente entre a interação social por um lado e a aprendizagem e o desenvolvimento por outro, fica manifestada no que Vigotsky considera a lei mais importante do desenvolvimento do psiquismo humano. Todas as funções psico-intelectuais aparecem duas vezes no curso do desenvolvimento da criança: a primeira vez nas atividades coletivas, depois nas atividades individuais, como propriedades internas do pensamento da criança, ou seja, como função intrapsíquica [9].

A discussão sobre o conhecimento, inclusive no campo religioso, abarca hoje todos os processos naturais e sociais em que se geram, e, a partir daí, são levadas em conta formas de aprendizagem. Tudo aquilo que é capaz de aprender cumpre processos cognitivos. Diante de tendências reducionistas, não se devem desconsiderar as enormes diferenças de grau e nível nessas operações cognitivas.

Com certeza, um elemento chave para a discussão permanente da escola, em que há interatividade cognitiva entre aprendentes humanos e máquinas“inteligentes”[10]. Em um contexto em que as informações se avolumam, os componentes curriculares necessitam estruturar-se, portanto, o Ensino Religioso, como área do conhecimento, encontra-se nesta discussão, não apenas no conhecer o aprendente, mas o ensinante e o processo que os interliga.

Os mesmos elementos didáticos que compõem o planejamento de qualquer componente

curricular estão presentes no Ensino Religioso: a legislação, os fundamentos pedagógicos e epistemológicos, os objetivos, conteúdos, estratégias metodológicas, avaliação, além da relação interpessoal. São eles que dão legitimidade ao Ensino Religioso como componente curricular.

Baseando-se no pressuposto de que o Ensino Religioso é um conhecimento humano e, enquanto tal, deve estar disponível à sociabilização, os conteúdos do Ensino Religioso não servem ao proselitismo, mas proporcionam o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso. Com esses pressupostos, o tratamento didático dos conteúdos realiza-se na análise e no conhecimento, na pluralidade cultural da sala de aula, salvaguardando-se, assim, a liberdade da expressão religiosa do educando.

O tratamento didático subsidia o conhecimento. Assim, o Ensino Religioso, pelos eixos de conteúdos de Culturas e Tradições Religiosas, Escrituras Sagradas, Teologias, Ritos e Ethos vai sensibilizando para o mistério, capacitando para a leitura da linguagem mítico-simbólica e diagnosticando a passagem do psicossocial para a metafísica/ Transcendente.

Naturalmente, dentro da seqüência dos eixos citados acima, a abordagem didática se dá numa seqüência cognitiva, possibilitando a continuidade das aprendizagens que deve considerar:

- + a bagagem cultural religiosa do educando, seus conhecimentos anteriores;
- + a complexidade dos assuntos religiosos, principalmente devido à pluralidade;
- + a possibilidade de aprofundamento [3]

A compreensão dos elementos do fenômeno religioso é fundamental para operacionalizar esta disciplina. Pela análise etimológica da palavra “religião”, podemos descrever estes elementos já que “re-ligare” ratifica e aprofunda a vinculação ao todo (no mundo subjetivo e objetivo), para dentro e para fora, fazendo viver essa consciência da relação de pertença. E ainda outra perspectiva a de “re-légere” prova uma nova visão sobre a realidade, uma determinada interpretação, leitura ou avaliação de tudo que compõe a imensa rede do nosso coexistir neste mundo. E, enfim, ainda “re-eligere” dispõe a fazer escolhas, tomar decisão adequada a já citada vinculação e visão perante a realidade. A fé é, portanto, fator de valiosa e incomum integração das partes no todo [11]. O homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres, ou então, se escuta os mestres, é porque eles são testemunhos. Uma educação escolar integral deve poder incluir a dimensão religiosa. Os jovens possuem o direito de usufruir de tal educação.

Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar as diferentes culturas e grupos que a constituem. Como a convivência entre grupos diferenciados é marcada pelo preconceito, um dos grandes desafios da Escola é conhecer e valorizar a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade brasileira. O Ensino Religioso não foge a essa regra. Apreendendo a conviver com diferentes tradições religiosas, vivenciando a própria cultura e respeitando as diversas formas de expressão cultural, o educando está se abrindo para o conhecimento. Não se pode entender o que não se conhece [3].

Na escola, o cidadão se forma por meio da cultura e da preparação profissional. A educação da consciência religiosa é um direito da pessoa humana. O aluno deve ser encaminhado para todas as dimensões da cultura; entre essas, encontra-se a possibilidade de discutir os problemas fundamentais da existência, ocupando o primeiro lugar o problema da resposta que ele deve dar a

Deus. É difícil chegar às opções de vida, quando se pretende ignorar a religião que tem tanto a dizer, ou então quando se quer restringi-la a um ensino vago e neutro e, por conseguinte, inútil por ser destituído de relação a modelos, concretos e coerentes com a tradição e a cultura de um povo.

A escola é o lugar da grande aventura que é o crescimento humano e cultural da pessoa e portanto da comunidade inteira [12]. Na escola encontramos repostas da inteligência e da razão, da curiosidade científica e da sensibilidade artística. É, portanto, uma instância fundamental do espírito, que questiona o senso da vida e sobre os valores das coisas.

Usando metodologia escolar, oferecendo essa disciplina em meio às outras, em liberdade e em espírito de colaboração, o Ensino Religioso poderá contribuir nas respostas às questões abordadas no processo pedagógico, sobretudo se esse for conduzido em um espírito de abertura de diálogo com as demais disciplinas. No interior da escola, a experiência do ensinamento pode contribuir na formação personalista madura, rica em humanidade, dotada de força moral, aberta aos valores do espírito, diante da verdade, da justiça, da solidariedade e da paz, capaz de verdadeira liberdade [13].

O Ensino Religioso pretende ser um serviço ao crescimento global da pessoa, mediante uma cultura, que atenta também à dimensão religiosa da vida. É um serviço educativo e cultural oferecido a todos quando estão dispostos a considerar o grande problema do homem e da cultura. Considerando que o período escolar é um momento privilegiado para pesquisa e de verificação, é mais fácil compreender que o Ensino Religioso poderá responder à função própria da escola, que é chamada a favorecer os alunos a uma atitude de confronto, ao diálogo, e à convivência democrática [13].

[...] o conceito de conhecimento no Ensino Religioso, de acordo com as teorias contemporâneas, aproxima-se cada vez mais da idéia de que conhecer é construir significados. E que o significado constrói-se a partir das relações que o ser humano estabelece entre o objeto a conhecer e suas possibilidades de observação, de reflexão e de informação que já possui. O educando vai construindo, por exemplo, o significado dos símbolos religiosos a partir de conhecimentos já existentes e da percepção da importância e diferença do seu significado nas várias tradições religiosas [...] [3]

Portanto, as diversas concepções de educação interferem em todos os elementos da escola, em todas as disciplinas, enfim, no Ensino Religioso. Vejamos rapidamente algumas destas concepções implicadas no Ensino Religioso. Inicialmente, em uma perspectiva tradicional, constitui-se numa disciplina normativa, com um conjunto de princípios e regras que o regulam e cuja ênfase consiste na memorização: “Ensina-se para que aprendam e aprendendo cumpram. Se não o fizerem, conforme o ensinado, culpados serão”. É uma proposta para um aluno ideal, e muitas vezes irreal. O Ensino Religioso é dado desvinculado da realidade, do interesse e da vida do aluno

historicamente situado. Este modelo ainda continua prevalecendo na prática escolar e na própria formação de professores. Basta analisar os currículos para perceber como sobressai a formação teórica (conteúdos bíblicos e doutrinários) em detrimento à formação técnico-prática (psicopedagogia - didática - ética - metodologia). Com a interferência da escola nova, passamos à chamada didática ativa, em que o centro do Ensino Religioso não é o professor nem o conteúdo a ser ensinado. O foco central é o aluno ativo, que participa dos trabalhos em grupo, das atividades cooperativas, do estudo e da reflexão individual. Nessa linha, é comum ainda encontrar em muitas escolas o Ensino Religioso transformado em “manhãs de formação”, encontros, retiros, etc., em que prevalece um tratamento religioso marcado pelo aspecto sentimental, intimista.

Posteriormente, encontramos a tendência do tecnicismo, que persiste alimentada pelos que se pautam por um caráter eminentemente instrumental. O Ensino Religioso passa a ser executado conforme o “planejamento” encaminhado pelos preceptivos autores desses manuais (colocações das mais variadas) ou de recursos audiovisuais e didáticos, os quais se constituem em roteiros de trabalho previsto, mesmo que esses autores os apresentem sob forma de sugestões.

Não é possível refletir o Ensino Religioso sem nos ocupar das variáveis que interferem em sua organização, pois esta disciplina, por ser essencialmente escolar, acompanha a trajetória pedagógica. Os referenciais estão vinculados aos aspectos psicopedagógicos, em qualquer proposta que for sistematizada, explícita ou implicitamente na educação. Além deste determinante, é preciso considerar os aspectos: cultural, epistemológico e estrutural, que interferem na operacionalização do Ensino Religioso.

Neste sentido, o desenvolvimento do senso religioso da pessoa depende do ambiente em que ela se encontra. Quem nunca ouviu falar de Deus, não terá muitos meios de sistematizar sua sede pelo transcendente. É ouvindo, observando, interagindo com o ambiente que a pessoa vai elaborar suas noções do sagrado, do simbólico e relacionar-se com o transcendente. Porém, esse processo, que se realiza no decorrer da vida humana, deve acontecer da forma mais adequada possível, a fim de que não seja gerador de visões e procedimentos distorcidos em relação a Deus e às manifestações religiosas.

Por muito tempo houve (e há ainda hoje) uma desatenção por parte de educadores sobre como se processa o desenvolvimento humano, fazendo do Ensino Religioso algo inadequado. O ser humano é uma totalidade em desenvolvimento. Nesta totalidade está o aspecto cognitivo, que diz respeito ao desenvolvimento da inteligência; o aspecto psicosssexual, que diz respeito ao desenvolvimento emocional; e o aspecto social, que diz respeito aos vínculos que a pessoa estabelece com o meio durante seu desenvolvimento. Além disso, o ser humano busca superação, aprimoramento, encontro consigo mesmo e com o outro, questiona-se; não se satisfaz com o aqui e

o agora. Por isso, é um ser de transcendência, que busca respostas para sua existência e para o que há de vir após sua morte. Portanto, o ser humano também se desenvolve no aspecto transcendente. Todos estes elementos convergem para a compreensão do ser humano. Quando o Ensino Religioso desconsidera qualquer um desses aspectos, está dificultando um desenvolvimento adequado do senso religioso. A metodologia do Ensino Religioso se baseia, muitas vezes, na reflexão. Não há aqui uma negação ou crítica a nenhum processo de reflexão; mas não é apenas refletindo ou conversando sobre assuntos variados, mesmo que digam respeito ao cotidiano, em confronto com os fatos da fé, que se desenvolve o senso religioso.

É muito comum que, quando as aulas são estritamente de reflexão, se perguntamos aos alunos algo como, por exemplo, o que é preciso para convivermos bem com o outro, os alunos sabem responder de acordo com os conceitos informados na sala de aula, enumeram uma série de valores humanos e cristãos. Entretanto, no cotidiano, quando as situações solicitam entre eles que vivam os temas discutidos em sala de aula, percebe-se que algo está profundamente ausente.

É importante passar de um mero pensar, para uma ação. Quando se fala de ação é preciso perceber que o educando necessita estar envolvido de corpo inteiro, com todos os seus sentidos voltados para a atividade. Desta forma, está interagindo por completo com os elementos inerentes ao Ensino Religioso. Cabe ressaltar, como foi dito anteriormente, que a reflexão não está descartada. Seria sem sentido apenas propiciar aos alunos se envolverem em atividades vivenciais sem pensar sobre o que foi experimentado, partilhar idéias. Mas a reflexão grupal deve ocorrer a partir da ação, e não separada ou sem ela [14].

Portanto, os professores desta área precisam estar plenamente inseridos no contexto das instituições escolares, sem que haja discriminação nem privilégios de qualquer natureza [15]. Exige-se uma sólida e adequada formação dos professores de Ensino Religioso, que devem ter uma formação própria de licenciados.

Objetivos do Curso de Licenciatura em Ensino Religioso:

- Possibilitar ao profissional de Ensino Religioso o referencial teórico-metodológico que oportunize a leitura e a interação crítica e consciente do fenômeno religioso pluralista atual.
- Habilitar o profissional de Ensino Religioso para o pleno exercício pedagógico, através da busca da construção do conhecimento, a partir de categorias, conceitos, práticas e informações sobre o fenômeno religioso e suas conseqüências socioculturais no universo pluralista da educação.
- Qualificar o profissional de Ensino Religioso, pelo acesso ao conhecimento e à compreensão do fenômeno religioso presente em todas as culturas, para o exercício pedagógico no âmbito social, cultural, antropológico, filosófico, ético, pedagógico, científico e religioso na escola.
- Possibilitar aos profissionais de Ensino Religioso o acesso aos direitos previstos nas legislações específicas do magistério [3].

Mas a formação do professor de Ensino Religioso não pode limitar-se ao estudo acadêmico



dos conteúdos específicos. Após esta apropriação do “discurso religioso”, é preciso fazer a “tradução pedagógica” da linguagem religiosa, adaptando-a ao desenvolvimento dos alunos, em seus aspectos psicogenéticos e socioculturais.

O professor de Ensino Religioso é uma pessoa de síntese que, com sua relação com os alunos e com o conhecimento, contribui no processo de aprendizagem do aluno. Comporta que o ensinante saiba ativar um processo dialógico e um confronto aberto e construtivo entre os alunos e com os alunos, promovendo, no rigoroso respeito da liberdade e da consciência deles, a pesquisa e abertura ao religioso, e à contemplação que permita aos alunos uma compreensão unitária e sintética dos conteúdos e dos valores da religião, em vista da escolha livre e responsável [16].

(...) Epistemologicamente, o Ensino Religioso ocupa-se do conhecimento religioso, situado num espaço para além das instituições religiosas e/ou Tradições Religiosas. O espaço onde se situa o conhecimento religioso é “o humano”. Seu fundamento é antropológico, o enfoque, porém, é o ser humano em busca da Transcendência. Ultrapassa o conhecimento comum aos crentes, que têm um conhecimento ‘dado’ e aceito pelo ato de fé. O conhecimento religioso é uma construção, fruto do esforço humano. Em razão disto, o conhecimento religioso precisa ser epistemologicamente focado nas dimensões antropológica, sociológica, psicológica e teológica [3]

A postura do professor dá a tônica do trabalho em sala de aula. Os mais modernos recursos tecnológicos e as mais avançadas metodologias perdem sua eficiência nas mãos de um professor desinteressado, acomodado, desatualizado, desengajado, inflexível e rotineiro.

O professor de Ensino Religioso, mais que os das demais disciplinas, precisa aprimorar/atualizar continuamente o conhecimento, tanto do objeto de conhecimentos (conteúdo), como do sujeito da aprendizagem (o aluno, enquanto sujeito social, epistêmico, afetivo, ético e religioso).

O formando (*professor*) em Ensino Religioso insere-se num contexto que dele exige uma constante busca de conhecimento religioso. Por isso, espera-se que seja capaz de viver a reverência da alteridade, de considerar que família e comunidade religiosa são espaços privilegiados para a vivência religiosa e para a opção de fé, e de colocar seu conhecimento e sua experiência pessoal a serviço da liberdade do educando, subsidiando-o no entendimento do fenômeno religioso. A competência do profissional do Ensino Religioso exige que:

- compreenda o fenômeno religioso, contextualizando-o espacial e temporalmente;
- configure o fenômeno religioso através das ciências da religião;
- conheça a sistematização do fenômeno religioso pelas Tradições Religiosas e suas teologias;
- analise o papel das Tradições Religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais;
- faça a exegese dos Textos Sagrados orais e escritos das diferentes matrizes religiosas (africanas, indígenas, ocidentais e orientais);
- relacione o sentido da atitude moral, como consequência do fenômeno religioso sistematizado pelas Tradições Religiosas e como expressão da consciência e da resposta pessoal e comunitária das pessoas.

O profissional do Ensino Religioso faz sua síntese do fenômeno religioso a partir da experiência pessoal, mas necessita, continuamente apropriar-se da sistematização das outras experiências que permeiam a diversidade cultural (...)

(...) Este profissional há de ser uma pessoa consciente de que afetividade e inteligência são indissociáveis. Em decorrência disto, deve cuidar das relações interpessoais nas turmas com que trabalha. Portanto é um profissional que assume a perspectiva de um permanente aprendiz. Requer que a escola seja um espaço de formação e informação, em que a aprendizagem de conteúdos deve necessariamente favorecer a inserção do aluno no dia-a-dia das questões sociais marcantes e em um universo cultural maior. A formação escolar deve propiciar o desenvolvimento de capacidades, de modo a favorecer a compreensão e a intervenção nos fenômenos sociais e culturais, assim como possibilitar aos alunos usufruir das manifestações culturais nacionais e universais [3].

Mundo é um mundo de fenômenos, completos em si mesmo, que quando muito se articulam uns com os outros. Supondo-se que a realidade social é determinada, e estruturada nas suas determinações, ela passa a ser, por esta razão, passível de ser racionalmente conhecida e explicada. O que é concreto, pensado, não é o único concreto, nem o pensar é concebido como tendo todo o seu desenvolvimento no plano exclusivo do teórico. Abstrato produz o pensamento, gera o conhecimento, interferência do real papel do contexto na construção metodológica do passado e presente para que sejam compreendidos como organização histórica da produção.

## 4. CONCLUSÕES

A capacitação docente, ou seja, a formação de formadores é o mais instigante desafio dos que estão envolvidos no campo da pesquisa e organização do Ensino Religioso, sobretudo tratando-se de um país em que a tradição de concepção pedagógica para esta área é muito recente.

O que encontramos são cursos isolados, quase próximos a treinamento de pessoal. Em decorrência da própria história política deste componente curricular, este processo hoje migrado para as IES continua ainda desvinculado da pesquisa e de ações extensionistas que favoreçam a produção de conhecimento na área.

## 5. REFERÊNCIAS

- [1]. BRASIL, Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996
- [2]. WACHS, M. Educar para a Sabedoria, in: “**Diálogo**”, 08(1997)02.
- [3]. FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO, **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Religioso**. São Paulo: Ave Maria, 1997.
- [4]. GRUEN, W. **O Ensino Religioso na escola**. Petrópolis: Vozes, 1995.

- [5]. GROOME, T. **Ensino Religioso cristão (compartilhando nosso caso e visão)**. São Paulo: Paulinas, 1985.
- [6]. FIGUEIREDO, A. **A educação da Dimensão Religiosa no ambiente escolar**. São Paulo: FTD, 1993.
- [7]. OLIVEIRA, M. Vigotsky, **Aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.
- [8]. ELKIND, D. **Desenvolvimento e Educação da criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- [9]. SALVADOR, C. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- [10]. ASSMANN, H. **Reencantar a educação. Rumo à sociedade aprendente**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- [11]. BALEN, C. Dinâmica religiosa e construção do ser humano, in “**Revista de educação AEC**”, 88 (1988) 22.
- [12]. CONFERENZA EPISCOPALE ITALIANA per la l’educazione cattolica, la cultura, la scuola e l’università, **Per la scuola - Lettera agli studenti, ai genitori, a tutte le comunità educanti**. Bologna: Dehoniane, 1995.
- [13]. CONFERENZA EPISCOPALE ITALIANA. Messaggio dei Vescovi ai genitori, agli studenti e gli insegnanti di Religione, in: **Insegnare religione cattolica oggi (Nota Pastorale)**, Leumann (To), Elle di Ci, 1991.
- [14]. GONÇALVES, E. **Escola; espaço de evangelização**. Belo Horizonte: Mimeo., 1992.
- [15]. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, **O leigo católico testemunha da fé na escola**, Vaticano, Vaticano, 1982.
- [16]. UFFICIO CATECHISTICO NAZIONALE, **Insegnare religione nella scuola (Contributi di studio e indicazioni operative in vista della formazione dei responsabili dell’insegnamento religioso nelle diocesi)**, Leumann (To), Elle di Ci, 1991.